

----- ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO
CONCELHO DE ODEMIRA, REALIZADA NO DIA TRINTA DE JUNHO DO ANO DE
DOIS MIL E OITO:-----

----- Ao trigésimo dia do mês de Junho do ano de dois mil e oito, realizou-se no auditório da Biblioteca Municipal “José Saramago”, em Odemira, uma sessão ordinária da Assembleia Municipal, presidida pelo senhor Manuel António Dinis Coelho, secretariado pelos senhores Amâncio Francisco Mendes da Piedade (Primeiro Secretário) e Paula Cristina dos Santos Custódio (Segundo Secretário), e convocada pelo primeiro ao abrigo do artigo quadragésimo nono e da alínea b) do número um, do artigo quinquagésimo quarto da Lei número cinco A, barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, que veio introduzir alterações à Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, conjugado com o disposto na alínea b) do número um do artigo décimo quarto do respectivo Regimento, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

----- I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO: -----

----- II – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

----- **Ponto um:** Actas das sessões extraordinárias de Abril, realizadas nos dias 10/04/2008 e 25/04/2008: apreciação e aprovação;-----

----- **Ponto dois:** Apreciação de Expediente;-----

----- **Ponto três:** Apreciação de assuntos de interesse para o concelho.-----

----- III – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:-----

----- **Ponto um:** Cumprimento do disposto na alínea e) do nº1 do art.º 53º da Lei n.º 169/99 de 18/09, com as alterações introduzidas pela Lei N.º 5-A/2002 de 11/01: apreciação;-----

----- **Ponto dois:** 7ª. Modificação Orçamental: 3ª. Revisão ao Orçamento da Receita; 3ª. Revisão ao Orçamento da Despesa; 3ª. Alteração ao Plano de Actividades Municipais (PAM) e 3ª. Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos, para o ano de 2008: apreciação e deliberação;

----- **Ponto três:** Proposta de Acordo de Cooperação entre a Câmara Municipal de Odemira e as Juntas de Freguesia para Execução da Rubrica 1734 – Beneficiação da Rede Viária do Projecto AGRIS 3.4: apreciação e deliberação;-----

----- **Ponto quatro:** Eleição de um elemento para integrar a Comissão Municipal de Licenciamento Comercial de Odemira: apreciação e deliberação. -----

----- **ABERTURA DA SESSÃO** -----

----- Pelas vinte horas e cinquenta minutos, o senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou, nos termos da Lei, aberta a sessão e, depois de saudar os presentes, passou a palavra ao Primeiro Secretário que procedeu à chamada, tendo-se verificado, após algumas chegadas mais tardias, a presença de trinta e um membros da Assembleia a saber, os senhores Amâncio Francisco Mendes Piedade, António Eduardo Guerreiro da Silva, Augusto Inácio Maria, Eduardo Abrantes Francisco (Tesoureiro da Junta de Freguesia de Vale de Santiago, em substituição do senhor Carlos José Martins Cortez, Presidente da respectiva Junta), Dinis Manuel Campos Nobre, Domingos Assunção Silvestre, Fernando Silvestre da Encarnação, Filipa Alexandra Gonçalves Oliveira, Helena Maria Theodora Loermans, Humberto Inácio Encarnação, João Miguel Nobre Rebelo dos Reis, Joaquina Maria Eduarda Bernardino, José da Silva Ribeiro, José da Silva Valério, José Manuel Gonçalves Guerreiro, José Manuel dos Reis Guerreiro, Leonel Nunes Rodrigues, Manuel António Dinis Coelho, Manuel José Pereira Guerreiro Martins, Maria da Piedade Grego Dias Sobral Barradas, Maria Luísa Vilão Palma, Mário Manuel Lourenço da Silva Santa Bárbara, Mário Neves Páscoa Conceição, Paula Cristina dos Santos Custódio, Paulo Jorge Dias Reis, Raul José Pinto de Albuquerque Tomás, Ricardo Filipe Nobre de Campos Marreiros Cardoso, Telma Cristina Felizardo Guerreiro, Tito Silvestre Nobre Palma, Valdemar Pacheco Silvestre e Vanda Maria dos Santos Benito da Silva Ribeiro, e as ausências dos senhores Aníbal Mendes Simão, António Manuel de Oliveira Rita Viana, Presidente da Junta de Freguesia de Zambujeira do Mar, Diogo Castanheira Vilhena,

Dulce Loução de Matos Raposo, Joaquim Pedro da Silva Soares Parreira, José Manuel Guerreiro, Presidente da Junta de Freguesia de Relíquias e José Vieira Ramos, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Clara-a-Velha. -----

----- Do Executivo da Câmara Municipal de Odemira estiveram presentes os senhores António Manuel Camilo Coelho, Presidente da Câmara Municipal de Odemira; Carlos Alberto Silva Oliveira e Hélder António Guerreiro, Vereadores eleitos pelo Partido Socialista. -----

----- Reportando-se às faltas verificadas nas sessões ou reuniões anteriores, o senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que, relativamente à primeira reunião da sessão ordinária de Fevereiro, realizada no dia vinte e oito de Fevereiro do corrente ano, não haviam faltas injustificadas. -----

----- Relativamente à segunda reunião da sessão ordinária de Fevereiro, realizada no dia cinco de Março do corrente ano, não tinha justificado a falta o senhor Fernando Silvestre Encarnação.-----

----- Relativamente à reunião da Comissão Eventual para a Saúde que se realizou no dia quinze de Março do corrente ano, não haviam faltas injustificadas. -----

----- No que respeita à reunião da Comissão de trabalho da Assembleia Municipal Jovem, que se realizou no dia quinze de Março do corrente ano, não tinha justificado a falta o senhor Ricardo Filipe Nobre C. Marreiros Cardoso. -----

----- Quanto à sessão extraordinária que se realizou no dia dez de Abril do corrente ano, não tinham justificado as faltas os senhores Carlos José Martins Cortez, Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Santiago, Diogo Castanheira Vilhena e Filipa Alexandra Gonçalves Oliveira, José da Silva Ribeiro, Leonel Nunes Rodrigues, Presidente da Junta de Freguesia de Pereiras-Gare, Paulo Jorge Dias Reis e Raul José Pinto de Albuquerque Tomás. -----

----- Em relação à sessão ordinária que se realizou no dia vinte e um de Abril do corrente ano, não tinham justificado as faltas os senhores Diogo Castanheira Vilhena, José Vieira

Ramos, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Clara-a-Velha e Raul José Pinto de Albuquerque Tomás.-----

----- Por último, quanto à sessão extraordinária que se realizou no dia vinte e cinco de Abril do corrente ano, não tinha justificado a falta o senhor Dinis Manuel Campos Nobre, Presidente da Junta de Freguesia de Longueira/ Almogrove.-----

-----**I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:**-----

----- Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que saudou os estudantes, os professores e os responsáveis pelos Conselhos Directivos e Executivos dos diversos estabelecimentos de ensino do concelho de Odemira, que tinham sido previamente convidados para estarem presentes nesta sessão, conforme tinha sido acordado no decorrer da Assembleia Municipal Jovem.-----

----- Disse ainda que era muito importante o intercâmbio entre os alunos das escolas do concelho e os membros da Assembleia Municipal, porque considerava que “os jovens de hoje serão necessariamente os adultos que amanhã nos substituirão nas funções que os membros da Assembleia exercem.”-----

----- Interveio o senhor Francisco Lampreia que informou que estava a representar a futura Comissão de Moradores das Brunheiras, Galeado, Foros da Pereira, Pereirinha e Aldeia Bugaga, e bem assim apresentou o documento que seguidamente se transcreve na íntegra:-----

----- “Exmº Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Odemira,-----

----- Os moradores das Brunheiras, Galeado, Foros da Pereira, Pereirinha e Aldeia Bugaga, vêm por este meio reivindicar à presente assembleia a satisfação das seguintes necessidades sentidas pelas populações:-----

----- - O abastecimento com água canalizada às habitações dos aglomerados populacionais.

----- - A instalação de um fontanário por aglomerado populacional para que quem tem habitações isoladas e não vai beneficiar da água canalizada se possa abastecer quando os poços

estão secos. -----

----- - A instalação de saneamento básico nas habitações dos aglomerados populacionais. --

----- - A criação de um “preço social” para o vazamento de fossas para que quem tem habitações isoladas e não vai beneficiar do saneamento básico, possa comportar, dentro da legalidade, deste serviço básico.-----

----- - A instalação de pontos de iluminação pública atendendo às necessidades reais das populações (foram detectadas algumas situações de desconhecimento absoluto dos técnicos responsáveis sobre a situação real das habitações permanentes). -----

----- - A instalação de caixas postais nos aglomerados populacionais. -----

----- - O alcatroamento das estradas de acesso aos aglomerados populacionais e os respectivos arruamentos. -----

----- - Viabilização da legalidade dos terrenos que se encontram em situações ilegais.-----

----- Mais se informa que se encontra em vias de legalização uma Comissão de Moradores das localidades acima mencionadas destinada a conseguir uma resposta positiva a todas estas reivindicações. -----

----- Gratos pela atenção dispensada. -----

----- Odemira, 30 de Junho de 2008”. -----

----- Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que felicitou o senhor Francisco Lampreia pela exaustão das questões que colocou e pela franqueza na exposição dos assuntos, com a preocupação de fazer uma crítica equilibrada. -----

----- Informou ainda que no que dizia respeito à Assembleia Municipal, o que poderiam fazer era “amplificar” os anseios da população, acompanhar e interpelar o Órgão Executivo do Município, uma vez que a Assembleia Municipal era uma espécie de fórum onde se suscitavam questões, mas posteriormente a execução prática pertenceria à Câmara Municipal. -----

----- Disse ainda que dentro do que fosse possível, da parte da Assembleia Municipal estavam

sempre abertos a discutir o tema e a envidar esforços, sobretudo junto do Executivo Municipal, no sentido de tentarem resolver os problemas da população. -----

----- Interveio o senhor Vereador Carlos Oliveira que estava a substituir temporariamente o senhor Presidente da Câmara Municipal, que informou que recentemente tinha decorrido uma reunião nas Brunheiras, com as presenças dos senhores Presidente da Câmara Municipal e Vice-Presidente da Câmara Municipal, onde foi abordada aquela matéria e onde tinha sido assumida uma intervenção, a curto prazo, na tentativa de resolver um problema que há muitos anos existia no concelho, numa zona com cerca de quatrocentos hectares e alguns núcleos populacionais. -----

----- Disse ainda que aquela área denominava-se AFIPR – Área de Fraccionamento Ilegal do Prédio Rústico, cruzava-se com foros e tinha uma complexidade de problemas, desde casas que estavam perfeitamente legais, porque estavam erigidas muitos anos antes de serem exigíveis quaisquer normas para construção, a casas que tinham sido construídas num limbo de legislação e outras completamente ilegais. Relativamente às últimas, disse que a Câmara Municipal tinha de avaliar as várias situações existentes, uma vez que existiam habitações para férias e outras para residentes permanentes, pelo que teriam de avaliá-las socialmente de maneira diferente. -----

----- Lembrou ainda que, em tempos, a Câmara Municipal tinha tentado junto da Administração Central criar um Gabinete Técnico Local para tentar resolver aquele problema. Revelou ainda que esse gabinete tinha funcionado durante vinte e quatro meses com o financiamento do Governo e depois tinha ficado a expensas únicas da Câmara Municipal. Disse ainda que o citado gabinete tinha uma equipa de técnicos com variadíssimas dificuldades a nível de instrumentos de trabalho, nomeadamente com os levantamentos aerofotograméticos que alteravam constantemente. -----

----- Referiu também que aquela zona tinha um problema complexo a nível jurídico, porém

considerava que tinham de encontrar uma solução que poderia passar pelo “nuclear” daquelas populações. -----

----- Relativamente ao abastecimento de água, informou que a Câmara Municipal olhava com muita preocupação para o problema, porque também não sabiam até que ponto não estariam perante um problema de saúde pública. -----

----- Em relação ao fontanário, disse que o Município de Odemira tinha vindo a abandonar a política de instalação de fontanários no concelho, porque tratando-se de um bem raro, o fornecimento de água deveria ser devidamente gerido, considerando inclusivamente que não era socialmente justo que em determinadas áreas houvesse o seu livre acesso.-----

----- Quanto ao saneamento básico, considerou que inclusivamente para Vila Nova de Milfontes tinha que ser resolvido num patamar superior, porque as candidaturas que o Município de Odemira tinha efectuado nessa matéria tinham sido todas chumbadas a nível da União Europeia.-----

----- Informou ainda que, tendo em conta o novo quadro jurídico que entraria em vigor no início do próximo ano, onde as taxas teriam de transparecer efectivamente o custo dos serviços, o pedido de preço social para o vazamento de fossas teria de ser avaliado e regulamentado a nível do Executivo e aprovado posteriormente pela Assembleia Municipal.-----

----- Revelou também que a colocação de pontos luminosos era uma das fortes políticas do Executivo Municipal e a colocação das caixas postais tinha que passar pela colaboração das respectivas Juntas de Freguesia, que vinham fazendo um excelente trabalho na colocação dos apartados. -----

----- Referiu ainda que o alcatroamento de algumas vias naquela zona tinha sido feito numa óptica do não desperdício e não numa óptica de “encetar uma tarefa”. -----

----- Por último, informou que estava na Câmara Municipal havia mais de dez anos e residia nos Alagoachos, em Vila Nova de Milfontes, local que também tinha sido objecto de uma

reconversão urbanística e onde se tinha criado um bairro com qualidade para as crianças viverem.-----

----- Disse ainda que tinha sido sempre uma preocupação do Município de Odemira tentar resolver os problemas daquela zona, que seguramente não passariam apenas pelo Município de Odemira, através dos seus Órgãos, mas também através da Administração Central.-----

----- Considerou que à medida que os problemas iam surgindo, tornava-se mais difícil a sua resolução pelo Executivo Municipal, que tinha um quadro legal que tinha de cumprir, sob pena de perder o mandato.-----

----- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que informou que recentemente tinha estado presente com o Vereador José Alberto Guerreiro e o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova de Milfontes, numa reunião no Centro Social das Brunheiras com a população daquela área, onde na generalidade todas aquelas questões tinham sido abordadas. Congratulou-se por verificar que a solicitação que o Município tinha feito à população no sentido de criarem uma Comissão, tinha sido acatada e estava a funcionar bem e em vias de legalização. Disse também que a criação da Comissão tinha por objectivo ajudar o Município de Odemira a validar uma série de situações existentes na chamada Área de Fraccionamento Ilegal de Propriedade Rústica, com especial enfoque para o abastecimento de água, dada a eminente possibilidade de mais cedo ou mais tarde se dar naquele local um caso complicado de saúde pública, uma vez que as fossas se sobrepunham aos furos e vice-versa.-----

----- Referiu ainda que a questão do saneamento básico daquela zona era muito mais complicada de resolver, porque os proprietários de algumas das casas existentes, especialmente as mais isoladas, tinham sido notificados em termos de embargo para pararem as obras, facto que não tinha sido respeitado, originando processos em tribunal. Disse também que quer no abastecimento de água, quer no saneamento básico, nenhuma daquelas habitações seria contemplada.-----

----- Considerou também que “uma coisa são casas clandestinas antigas (...) casas que não foram legalizadas porque (...) eram pré-existências antes da legislação que hoje temos e nós não podemos olhar para essas casas exactamente da mesma maneira que olhamos para aquelas que de vez em quando surgem e que muitas delas nem sequer pertencem a pessoas que têm ali a sua vida permanente e também é preciso diferenciar aí. Uma coisa é a habitação permanente de quem reside lá e outra coisa são pessoas que dizem que têm habitação permanente e não têm e que utilizam aquelas casas, como casas de férias e que se aproveitaram (...) portanto, nem todas as situações são iguais”.-----

----- Em relação ao alcatroamento, disse que o entendimento seria idêntico ao do saneamento básico e do abastecimento de água, pelo que nas situações onde de facto as pessoas tinham dificuldades de chegar às casas, e onde fosse possível, paulatinamente iria estruturando uma rede de caminhos. -----

----- Revelou ainda que o Município de Odemira estava a olhar o problema daquela área do ponto de vista social e não do ponto de vista urbanístico.-----

----- Relembrou ainda que o Município de Odemira tinha criado o GTL – Gabinete Técnico Local, que tinha feito um levantamento sociológico, contratado cartografia que recentemente tinha sido actualizada, trabalhado em coordenação com a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo e com a Direcção Geral de Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Urbano, no sentido de tentar nuclear aquilo que era urbano, legalizando aquilo que de facto já tinha características urbanas.-----

----- Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos. -----

----- **II – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

----- **Ponto um:** ACTAS DAS SESSÕES EXTRAORDINÁRIAS DE ABRIL, REALIZADAS NOS DIAS DEZ DE ABRIL DO ANO DE DOIS MIL E OITO E VINTE E

CINCO DE ABRIL DO ANO DE DOIS MIL E OITO: Uma vez que todos os presentes se encontravam de posse de exemplares fotocopiados das actas em epígrafe, que foram previamente enviados com a restante documentação para esta sessão, foi por isso dispensada a leitura das mesmas e imediatamente submetidas à apreciação.-----

----- A) ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE ABRIL, REALIZADA NO DIA DEZ DE ABRIL DO ANO DE DOIS MIL E OITO: -----

----- Interveio o senhor António Eduardo da Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Colos, que referindo-se à décima quarta página, na nona linha, solicitou que fosse efectuada a seguinte alteração: onde se lia “...localidades que são abrangidas pela freguesia de Colos.”, devia-se ler “...localidades que são abrangidas por aquele Agrupamento.”. Esta proposta de alteração foi aprovada por consenso. -----

----- Não havendo mais intervenções, foi o texto definitivo daquela acta colocado à votação, tendo sido aprovado por maioria, com quinze votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, seis votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, um voto a favor dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira, quatro abstenções dos membros eleitos pelo Partido Socialista, duas abstenções dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e uma abstenção dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira, quando estavam presentes vinte e nove membros da Assembleia Municipal. -----

----- B) ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE ABRIL, REALIZADA NO DIA VINTE E CINCO DE ABRIL DO ANO DE DOIS MIL E OITO: -----

----- Interveio a senhora Joaquina Bernardino, Presidente da Junta de Freguesia de São Luís, que referindo-se à trigésima quinta página, na vigésima terceira linha, solicitou que fosse efectuada a seguinte alteração: onde se lia “...de facto os nosso bombeiros,” , devia-se ler “...de facto os nossos bombeiros,” . Esta proposta de alteração foi aprovada por consenso. -----

----- Não havendo mais intervenções, foi o texto definitivo daquela acta colocado à

votação, tendo sido aprovado por maioria, com dezoito votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, nove votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, dois votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira e uma abstenção dos membros eleitos pelo Partido Socialista, quando estavam presentes trinta membros da Assembleia Municipal. -----

----- **Ponto dois:** LEITURA DE EXPEDIENTE: A exemplo das sessões anteriores, embora todos os presentes se encontrassem munidos de fotocópias dos mapas-resumo da correspondência recebida e expedida desde a última sessão ordinária, o senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou os respectivos originais à disposição de eventuais interessados, para melhor esclarecimento. -----

----- Não se registando qualquer intervenção, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu por encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos. -----

----- **Ponto três:** APRECIACÃO DE ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O CONCELHO: -----

----- Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que chamou a atenção para os seguintes documentos: -----

----- a) Entrada número cento e cinquenta e um, datado do dia nove de Maio do corrente ano, enviado pelo senhor Presidente do Conselho Executivo da Escola Secundária Dr. Manuel Candeias Gonçalves de Odemira, sobre “Reconhecimento Mundial do Trabalho Científico Desenvolvido por Jovens Alunos Portugueses”. Em relação a este assunto, disse que tinha sido enviado um ofício à referida escola a felicitar os jovens, os seus professores e o Órgão Executivo pelo prémio alcançado; -----

----- b) Reunião de Trabalho da Mesa da Assembleia Municipal que se realizou no dia dezassete de Junho do corrente ano e cuja acta ficará arquivada no maço de documentos da presente sessão. Sobre este assunto informou que tinham sido abordados os seguintes temas: ---

----- - Funcionamento da Assembleia Municipal de Odemira: tendo sido enviados ao senhor Presidente da Câmara Municipal de Odemira, ofícios a solicitar mais um funcionário para apoiar a Assembleia Municipal; o reforço significativo no orçamento municipal, na verba destinada aos gastos com a Assembleia Municipal (nesta matéria foi solicitado um reforço na ordem dos cinquenta por cento ou mais); a instalação de um gabinete para atendimento dos munícipes em assuntos da Assembleia Municipal e o envio das Minutas das Actas e das Actas da Câmara Municipal logo que aprovadas; -----

----- - Estudo promovido pela empresa EDIA sobre os impactos do empreendimento do Alqueva: tendo sido deliberado oficiar a EDIA a solicitar cópia do estudo em causa, noticiado no Jornal Correio do Alentejo no dia treze de Junho do corrente ano, na décima quinta página; -

----- - Convite aos jovens e respectivas escolas que participaram na Assembleia Municipal Jovem do dia dez de Abril do corrente ano, para assistirem à sessão ordinária de trinta de Junho do corrente ano: tendo sido deliberado oficiar os Agrupamentos a reiterar o convite anteriormente efectuado e, bem assim oficiar o senhor Presidente da Câmara Municipal para providenciar o transporte dos representantes das escolas para assistirem à sessão; -----

----- - Sessões Descentralizadas da Assembleia Municipal: foi decidido retomar a realização das sessões fora da sede do concelho e que a sessão ordinária de Setembro seria descentralizada. (Após a indicação das freguesias que ainda não tinham recebido a Assembleia Municipal e com base na proposta do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Longueira/ Almogrove, ficou acordado que a próxima sessão ordinária deste órgão se realizaria naquela freguesia);-----

----- - Visitas dos Membros da Assembleia Municipal ao Concelho de Odemira: tinha sido indicada a data de cinco de Setembro do corrente ano, sexta-feira, para a realização da segunda visita ao concelho, freguesias do litoral e interior sul (Boavista dos Pinheiros, São Teotónio, Zambujeira do Mar, Pereiras-Gare, Luzianes-Gare, Santa Clara-a-Velha, Sabóia e Relíquias); --

----- c) Na sequência da participação da Assembleia Municipal na FACECO, informou que tinha havido uma reunião da Comissão Permanente da Folha da Assembleia, no passado dia dezanove, onde tinham sido abordados os moldes em que aquela participação seria efectuada, nomeadamente informou que iriam ter como parceiros o Gabinete de Imprensa e Relações Públicas do Município de Odemira e o próprio Executivo Municipal que iria disponibilizar o material que fosse solicitado. -----

----- Ainda sobre este assunto, o senhor Presidente da Assembleia informou que iria circular pelos membros da Assembleia Municipal um quadro para recolher eventuais disponibilidades para assegurarem a permanência de pessoal no stand da Assembleia Municipal durante a realização do evento. Nesta conformidade, o senhor Presidente da Assembleia Municipal convidou também as escolas a aliarem-se naquela iniciativa, sendo parceiros da Assembleia Municipal, estando presentes no stand daquele órgão, na FACECO.-----

----- Interveio a senhora Helena Loermans que informou relativamente ao stand da Assembleia Municipal na FACECO, que tinha sido acordado adquirirem um painel onde seriam colocadas algumas fotografias, conforme esboço que apresentou a todos os presentes. Disse ainda que no stand da Assembleia Municipal seria colocado um televisor para passar algumas imagens da Assembleia Municipal. -----

----- Interveio o senhor deputado municipal José Ribeiro que fez a seguinte intervenção:-----

----- “Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal,-----

----- Senhor 1º Secretário Amâncio da Piedade -----

----- Senhora 2ª Secretária Drª. Paula Cristina -----

----- Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara-----

----- Senhores Vereadores -----

----- Senhoras e Senhores Membros da Assembleia Municipal-----

----- Senhora Secretária da Assembleia, Dona Fernanda -----

----- Senhor Técnico de Som, Sr. Licínio Silva -----

----- Minhas Senhoras e Meus Senhores, que nesta sessão da Assembleia vieram fazer o favor de trazer os vossos problemas, o meu muito obrigado. -----

----- Começo esta intervenção por elogiar o encontro/ debate “Alterações climáticas”, realizado pelo Senhor Vereador Engenheiro José Alberto e Senhora Engenheira Lénea, tendo como convidados o Dr. Veríssimo Dias e o Professor Doutor Corte Real da Universidade de Évora e a presença do Senhor Presidente da Câmara.-----

----- Não queria deixar de mencionar a jovem assistência de estudantes e respectivos professores a esta sessão, no cine-teatro Camacho Costa, lamentando no entanto a pouca participação no debate com um tema tão importante para a vida, como é o ambiente. -----

----- Quero também aqui lembrar o encontro, “Antes e depois do 25 de Abril”, com os jornalistas Luís Filipe Costa, João Paulo Guerra e o Poeta/ cantor e Cantor de Poetas – Manuel Freire, organizado pela Junta de Freguesia de Santa Maria. -----

----- Lamento a não presença do Senhor Vereador da Cultura nestas duas iniciativas, mas é de louvar a presença do Senhor Presidente da Câmara.-----

----- Odemira é um Concelho, para olhar, para escutar “que é para ouvir bem”, para cheirar perfumes que só o Alentejo tem e, para “Navegar” porque o mar tem Marés-cheias e bravas, a lembrar o navio fantasma de Wagner. Como também de Marés-vazias, repletas de musicalidade a lembrar a Voz-guitarra, de Carlos Paredes.-----

----- Basta ir com atenção e vidros abertos para ouvir o canto das folhas secas dos eucaliptos pisadas pelos muitos carros que passam pelas nossas estradas.-----

----- Há aromas-cheiros, há silêncios demasiados silenciosos.-----

----- São viagens de canções e solidariedade.-----

----- “SÓ POR OUVIR PASSAR O VENTO, VALE A PENA TER NASCIDO” –
Fernando Pessoa. -----

----- Mas a realidade, é que vivo num País-Portugal, com mais de dois milhões de idosos, em situação de abandono, em situações sociais, sem presente e sem futuro.-----

----- Mas a realidade é que vivo num País-Portugal, onde o desemprego atinge um número assustador, onde o desemprego é uma roleta-russa, onde os ricos e os corruptos são muitos e intocáveis. Onde os pobres são cada vez, se é possível serem mais pobres.-----

----- Mas a realidade é que vivo num País o meu País, onde o Governo não se amedronta com duzentas e cinquenta mil pessoas a gritarem “trabalho sim, desemprego não”.-----

----- Apetece-me perguntar ao Governo deste País que é o meu, quantas pessoas em protesto são precisas para este Governo se interrogar o que é que estará mal.-----

----- Não posso deixar de citar a coluna vertebral do Diário Económico: “Com toda a generosidade e uma grande dose de ingenuidade, os bravos Capitães que fizeram o 25 de Abril de 1974, inscreveram os seus sonhos e ideais para Portugal, um Programa baseado em três dê: Descolonização, Democratizar e Desenvolver. Já lá vão trinta e quatro anos e os três dê são agora outros: Desemprego, Desigualdade, Dependência.-----

----- A realidade é que na tabela da Comunidade Europeia dos vinte e sete Países que fazem parte, somos vergonhosamente o País com mais desigualdades.-----

----- Às vezes sinto-me que vivo num estádio de futebol com mais ou menos oito milhões de adeptos.-----

----- Mas neste País que é o meu, há quem esteja preocupado com as situações de pobreza e desigualdades sociais resultantes “deste capitalismo do desastre”, que colocam este País tão desigual e injusto quanto “a América de Bush” e avisa o Partido Socialista “quem vos avisa vosso amigo é”. Estes aviso-conselhos, vêm não de um político qualquer, mas sim do Doutor Mário Soares.-----

----- Minhas Senhores e meus Senhores-----

----- Não posso, nem quero deixar de relembrar a sessão solene do Aniversário do 25 de

Abril, no salão nobre da Câmara Municipal de Odemira. -----

----- Na minha intervenção e em nome da CDU, tive o cuidado de cumprimentar os elementos da Mesa que conhecia e sabia estarem presentes, os Senhores Vereadores, as senhoras e Senhores Membros da Assembleia Municipal e as Senhoras e Senhores que estavam presentes e enchiam o salão nobre. Por desconhecimento, e só por isso, não me referi por direito ao Excelentíssimo Senhor Governador Civil.-----

----- Não posso deixar de expressar a minha homenagem a um Homem que colaborou e participou no assalto ao quartel de Beja em 16 de Março de 1974, tendo sido preso e levado para a prisão militar da Trafaria, onde esteve até ao 25 de Abril de 1974, dia da Liberdade.-----

----- Na Revista “Mais Alentejo”, onde tive conhecimento do seu curriculum, e, na mesma revista que o Excelentíssimo Senhor Governador Civil diz e passo a citar “porque a Revolução dos Cravos, aquilo que nos unia a todos, como a Liberdade, a Democracia representativa e a Europa estão conquistadas”, mais diz o Excelentíssimo Governador Civil “hoje temos Liberdade e Portugal transformou-se espectacularmente em todos os sectores”, embora ”ainda haja muito por fazer e conseguir alcançar”. -----

----- Pois é Senhor General, ainda há muito por fazer e alcançar. Dou-lhe Senhor General duas ou três razões:-----

----- Primeiro – a intolerância dos outros desculpa-se com a nossa tolerância.-----

----- Segundo – com a Revolução dos Cravos, a Revolução do 25 de Abril de 1974, conquistaram-se as palavras mais lindas que são: Liberdade e Democracia, e a sua atitude Senhor General foi de falta de Liberdade, de falta de Democracia e de um anticomunismo, pensava eu que tinha sido apagado e rasgado das mentes brilhantes, como a do Senhor General.

----- Terceiro – Como convidado, e que eu como membro desta Assembleia desconhecia; o Senhor General ofendeu o senhor Presidente da Assembleia Municipal e todos os que se encontravam no salão nobre da Câmara Municipal de Odemira, ao tentar proibir-me, com a

seguinte observação: “dizendo que este não era o momento para usar da palavra e, se o quisesse fazer poderíamos falar lá fora”. Quando a minha resposta à sua atitude era somente pedir-lhe desculpa. -----

----- Segundo o escritor “James Joyce” disse um dia “SÊ JUSTO ANTES DE SERES HONESTO”. -----

----- Muito directamente Senhor Presidente da Assembleia Municipal, gostaria de lhe comunicar perante esta Assembleia, que tenho uma alta consideração e estima pelo Senhor. -----

----- Não conseguindo encontrar qualquer explicação aquando da intervenção do Excelentíssimo Senhor Governador Civil, e eu José Ribeiro, membro eleito pela CDU e por direito próprio, manifestei vontade de usar da palavra fazendo-lhe mais do que uma vez sinal, que o pretendia fazer, não tendo da sua parte, Senhor Presidente, tido qualquer resposta ou gesto, face às declarações do Excelentíssimo Senhor Governador Civil que passo a citar: “E quero especialmente cumprimentar efusivamente os senhores autarcas da CDU como resposta à ostensiva ignorância da minha presença aqui pelo senhor representante da CDU”. -----

----- Não quero deixar de agradecer a solidariedade de alguns membros desta Assembleia e Vereador eleitos do Partido Socialista que não concordaram, em parte com a intervenção do Senhor Governador Civil e por essa razão me pediram desculpa. -----

----- Odemira, 30 de Junho de 2008 -----

----- O eleito da CDU da Assembleia Municipal, -----

----- José da Silva Ribeiro” -----

----- Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que agradeceu a referência que o senhor José Ribeiro tinha feito à sua pessoa na intervenção e, bem assim informou que da sua parte o incidente estava ultrapassado, lamentando que tivesse acontecido e referindo que não se tinha sentido ofendido, porque não tinha sido ele o visado. -----

----- Interveio o senhor Fernando da Encarnação que relembrou a questão da colocação da

sinalética em Odemira, por várias vezes abordada por ele nas sessões da Assembleia Municipal, tendo tido a promessa de que iria ser adjudicada brevemente. Nessa conformidade, questionou se o problema do trânsito na Rua dos Combatentes da Grande Guerra ficaria resolvido. -----

----- Por último, perguntou em que situação se encontrava a questão da ponte sobre o rio Mira em Odemira, porque se estava a aproximar o verão e a situação continuava precisamente igual há sessenta anos atrás. -----

----- Interveio o senhor Presidente da Assembleia que informou, relativamente à ponte sobre o rio Mira, que tinha sido enviado um ofício ao senhor Presidente da Câmara Municipal dando conhecimento da degradação da ponte, que posteriormente seguiu para a Junta Autónoma de Estradas, tendo sido informado que aquela entidade iria enviar brevemente um técnico para verificar o estado da referida ponte. -----

----- Interveio o senhor Ricardo Cardoso que saudou todos os presentes, especialmente os professores e alunos. -----

----- Relembrou que na sessão ordinária de Setembro do ano transacto, tinha referido que iria responder ao senhor Deputado Raul de Albuquerque Tomás a propósito de uma Declaração de Voto. Disse ainda que já tinha passado algum tempo e ainda não o tinha feito, porque o senhor Raul de Albuquerque Tomás, desde a sessão ordinária de Junho do ano transacto, não tinha estado presente em mais nenhuma sessão. Nessa conformidade e tendo em conta que já se tinha passado algum tempo, disse apenas que “os munícipes devem avaliar a qualidade das intervenções ou da falta dela.” -----

----- Seguidamente, felicitou a Câmara Municipal pelo facto de ter sido reconhecido o seu trabalho a nível financeiro, através da obtenção do oitavo lugar no ranking Nacional do Anuário Financeiro das Autarquias. -----

----- Também felicitou o Executivo Municipal pelo facto do concelho de Odemira ter conseguido, para o presente ano, obter três bandeiras azuis nas suas praias. -----

----- Por último, referiu que tinha tido conhecimento que poderiam haver candidaturas ao PORA, referentes a requalificações de centros urbanos. Em face do exposto e tendo em conta a necessidade que a sede do concelho tinha em remodelar toda a rede de infra-estruturas existente, frequentemente falada nas sessões da Assembleia Municipal, perguntou se o Município de Odemira tinha equacionado alguma candidatura, uma vez que o limite seria até Setembro do corrente ano. -----

----- Interveio a senhora Maria da Piedade Barradas que chamou a atenção para a falta de sinalética nas ruas do Bairro Onze de Março, em Odemira. Disse ainda: “Como moradora e (...) Presidente da Assembleia-Geral daquela Cooperativa, já várias vezes tenho sido abordada por alguns moradores a chamarem-me a atenção para o facto da falta de civismo e diria até falta de respeito pelo próximo, de alguns moradores que é o estacionamento desregrado no acesso às ruas mais estreitas, (...) ruas secundárias, em cima da calçada. Essa situação tem impedido muitas vezes o socorro por meio de ambulância a alguns moradores que têm problemas de saúde, a alguns idosos e a outras pessoas que estão a passar por momentos difíceis.”-----

----- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que, relativamente à sinalética, informou que os planos de trânsito, mesmo depois de terminados, poderiam ser corrigidos para incluírem questões que não tivessem sido anteriormente avaliadas em concreto, designadamente no que se refere à Rua dos Combatentes da Grande Guerra e ao Bairro Onze de Março. Ainda em relação ao último, disse que também iriam fazer um levantamento para se delinear uma nova rede de iluminação eléctrica. Disse também que havia a intenção firme da Câmara Municipal de “mexer” em algumas ruas de Odemira, no que se refere a questões de trânsito, nomeadamente ter mais em atenção aos peões do que aos carros.-----

----- Quanto à ponte sobre o rio Mira, em Odemira, revelou que as relações institucionais entre a empresa Estradas de Beja e a Câmara Municipal de Odemira já tinham conhecido melhores dias, porque haviam situações que recorrentemente eram colocadas pela Autarquia que ficavam

por estudar ou nem reposta obtinham.-----

----- Agradeceu ainda o reconhecimento efectuado pelo Ricardo Cardoso, em relação ao oitavo lugar no ranking Nacional do Anuário Financeiro das Autarquias. Disse ainda que aquela classificação era encontrada com base em dez indicadores, e bem assim referiu que Odemira era dos Municípios Portugueses que menor peso da dívida tinha “per capita”, em termos de habitantes, pelo que a saúde financeira do Município era boa. -----

----- Quanto à candidatura para requalificação urbana, informou que estavam preparados e tinham condições para apresentar uma candidatura, sendo o único problema as novas “regras” para candidaturas ao novo quadro comunitário de dois mil e sete a dois mil e treze. Nessa matéria, informou que eram abertos os concursos por mérito, sendo avaliadas e classificadas as propostas que eram apresentadas. -----

----- Disse ainda que Odemira, sobretudo no casco histórico, necessitava de uma intervenção não apenas na questão de requalificação urbana, mas também no que se referia a redes de esgotos, águas e águas pluviais. -----

----- Seguidamente, relativamente à carta apresentada em tempos pelo senhor Raul de Albuquerque Tomás, disse o seguinte: “ A política tal como é entendida e anunciada pelo autor da carta deve ser uma atitude digna e eu não acho que haja nenhuma dignidade naquilo que se escreveu e aonde o senhor Deputado, por exemplo, me diz que “eu que o convidei para dançar”. Oh, senhor Deputado (...) há uma coisa que nunca faria, que era dançar consigo, como sabe para já porque não danço com homens e porque sou eu que escolho o par. Pares oferecidos, regra geral, dançam mal e eu não dançaria consigo. -----

----- Quero-lhe também dizer que o lugar aonde o senhor tão francamente e tão indignamente disse que o Presidente da Câmara põe o carro, aquele lugar quando eu vim para a Câmara já era um lugar aonde ficava uma Renault branca do primeiro Presidente da Câmara eleito depois do Vinte e Cinco de Abril e devo-lhe dizer que tive o cuidado de desenhar no chão o local aonde o

carro fica e devo-lhe dizer que o senhor também falava aqui que “não havia acesso”, aquela é uma escada por onde raramente passa gente e não passam lá concertiza cadeiras de rodas”. Disse ainda que aquele lugar estava reservado à Protecção Civil que, por direito próprio, podia ter um lugar de estacionamento e nesse sentido tinham colocado uma placa onde constavam as matrículas dos carros daquele serviço. -----

----- “(...) À questão dos projectos, meteu tudo no mesmo saco e disse outra coisa e eu já tive oportunidade de dizer e isto está em acta que o que eu lhe disse aqui naquela noite não foi exactamente aquilo que o senhor voltou a escrever. O senhor perguntou-me o que é que era preciso para ser convidado para os concursos e eu disse-lhe que era fazer como os outros fazem, apresentar um curriculum e o senhor disse-me que não sabia e que gostaria de ter sido convidado. -----

----- Eu lembro-me (...) que o senhor foi exactamente convidado no tempo do Doutor Justino Santos para um concurso, para remodelação do edifício dos Paços do Concelho. Portanto, não é verdade que o senhor nunca tivesse sido convidando e que não soubesse o que são as regras dos concursos públicos (...).-----

----- Disse que a Câmara tinha convidado pessoas de fora do concelho quando haviam pessoas dentro do concelho. Eu convido se o senhor já não se lembrar, a ir ver quem é que a Câmara de então convidou para serem seus opositores nesse concurso. Disse outra coisa, que a Câmara tinha gasto muito dinheiro porque estava a utilizar a tabela de honorários de obras públicas directamente. Eu convido-o a ver depois do senhor ter concorrido, quando lhe foi pedido para fazer o projecto de arquitectura, qual foi a proposta que o senhor fez, a tabela integral das obras públicas, ou seja aquilo que o senhor acusava os outros do dinheiro mal gasto. Eu tenho documentos desses (...).-----

----- E fico admirado com a sua mudança de atitude, porque não muito tempo antes, em conversas que nós tivemos e que continuaremos a ter certamente, porque estamos a falar de

política, o senhor não me apareceu, portanto tão indignado com aquele que é o papel do Presidente da Câmara e com certas coisas que o senhor escreveu e que eu gostaria aqui de lembrar a Assembleia Municipal, (...). Devo dizer-lhe relativamente a uma questão que é do seu interesse, o senhor questionou-me aqui duas ou três vezes sobre a questão da electrificação da Santoleira e do Cabeço Queimado. Eu disse-lhe e está escrito em acta que tinha recebido indicações da parte do Parque Natural em que as situações estavam resolvidas e que a situação que se punha a Câmara não era parte inteira no problema (...) os concursos estão abertos, desde há algum tempo, continua a haver por parte da EDP um falhanço no que diz respeito à Média Tensão, mas como sabe da parte da Câmara Municipal, a única responsabilidade que há é na BT – Baixa Tensão (...)”. -----

----- Disse ainda, referindo-se a uma passagem do documento enviado pelo senhor Raul de Albuquerque Tomás, que não precisava do voto dele e nesse sentido perguntou se a maioria do Partido Socialista agora já não contava ou se “o senhor com o seu voto vira a maioria de quem tão mal o senhor diz da maioria e da oposição. O senhor em várias vezes, com as afirmações que fez ofendeu esta Assembleia (...)”. -----

----- Por último, disse que aquela intervenção, tinha sido no sentido de defender a sua honra, porque aquele documento continha questões que ele não admitia, nomeadamente vindo de “quem se eleva tão alto na defesa de certos valores, não pratica e não se põe no pico da pirâmide, às vezes quando a base é tão frágil.” -----

----- Interveio o senhor Raul de Albuquerque Tomás que depois de cumprimentar os presentes disse: “Era de esperar que o senhor Presidente reagisse em relação à carta que eu enviei, contudo eu não queria de maneira nenhuma ir contra a honra do senhor Presidente, mas de facto tudo o que ele acabou de dizer, na minha opinião não tem na íntegra o conteúdo que o senhor Presidente lhe dá. -----

----- Eu quando faço aquela declaração e faço um Declaração de Voto escrita, que não foi aqui

relembrada, insurjo-me claramente contra uma censura que foi feita em relação às declarações que foram proferidas nesta sala. E começo por aí, porque eu nunca pedi para por o meu nome em lista nenhuma como projectista e que está gravado e eu tenho cópia não das gravações, mas do texto dactilografado dessas gravações que a pergunta que eu fiz ao senhor Presidente foi muito simples: O que é que ele achava de eu vir a ser convidado acumulando agora as funções de membro da Assembleia (...) para um concurso público de, digamos a expensas da Câmara, a expensas do erário público, estando eu sentado aqui nesta cadeira, porque não deixo de ser quem sou profissionalmente, mas agora tenho na minha opinião, existe incompatibilidade mesmo que a lei não o escreva, porque o meu voto continua a ser livre e eu não posso hipotecar o meu voto a troco de uns honorários e de uns pagamentos feitos pela Câmara num concurso, mesmo que a lei o permita.-----

----- E essas perguntas advêm apenas porque a Câmara fez um concurso que chamou limitado, convidou um gabinete de arquitectura de São Teotónio, em que um dos membros está aqui sentado e é do Partido Socialista, também é arquitecto ou é eleito (...) o que eu sei é que a Câmara consultou dois gabinetes sem ser daqui do concelho, quando parece que aqui não havia mais e ao contrário do que o senhor Presidente diz, acho que aí se enganou também é que eu não fui convidado para fazer projecto de arquitectura nenhum, quando o Dr. Justino era Presidente, porque o projecto de arquitectura estava feito e elaborado pela Arquitecta Teresa Beirão e a única coisa que se incluiu na proposta, a pedido da Câmara, foi que houvesse uma coordenação, portanto não fiz projecto nenhum de arquitectura, nem sequer era arquitecto nessa altura, (...) fizeram-se desenhos de, digamos, de pormenorização, mas foi sempre a Arquitecta Teresa Beirão que acompanhou todo esse trabalho.-----

----- (...) O que dizia na carta é que eu não posso aceitar nenhum convite, como o senhor Presidente e muito bem diz para dançar, porque eu não estou à venda. O meu nome enquanto membro da Assembleia, nunca constará, nem nunca será aceite qualquer convite para fazer

serviços e foi isso que eu claramente tinha dito naquela reunião. -----

----- Quando eu quis transcrever para a acta tudo isso, houve aqui uma silenciosa maioria que tentou boicotar o texto, que não quis que a acta se fizesse conforme o que se passou aqui e é evidente que eu, defendendo a liberdade, não aceito que isso aconteça. -----

----- E inclusivamente acho que o senhor Presidente não deveria ter enumerado tantas coisas que enumerou, porque na minha opinião continuam a ir contra a Câmara, continuam a ir contra estas pessoas que estão aqui eleitas e que em certa medida fazem o jogo do Partido Socialista, porque deviam ter perguntado, então, mas se eu trabalho nesta área, porque razão não me entregam também a mim qualquer serviço, não é? (...) -----

----- Entendo que haja ou não haja essas razões que alega da Protecção Civil, (...) não é assim que se resolve o problema de estacionamento em Odemira, portanto, os problemas do estacionamento em Odemira, sendo tão graves, têm que ser primeiro resolvidos para os munícipes, não pode ser resolvido primeiro para quem está na Câmara (...)”. -----

----- Em relação à exposição efectuada pela Comissão de Moradores das Brunheiras, Galeado, Foros da Pereira, Pereirinha e Aldeia Bugaga, disse que tinha ficado preocupado com os problemas apresentados. Nesse sentido, tendo em conta os estudos efectuados e os levantamentos do edificado, perguntou “se houve ou não houve aumento do número de edificações desde que o senhor Presidente é Presidente da Câmara, ou seja se tem continuado a haver construção clandestina, se a Câmara sabe dessa existência, porque faz os estudos e tem conhecimento disso ou se não, se aquilo estancou desde que o senhor Presidente foi nomeado Presidente da Câmara.” -----

----- Interveio novamente o senhor Presidente da Câmara Municipal que recorrendo a uma proposta constante no processo referente à “Remodelação dos Edifícios dos Paços do Concelho”, datada de Dezembro do ano de mil novecentos e noventa, assinada pelo senhor Raul de Albuquerque Tomás, disse que constava no quarto ponto, entre outras designações o

projecto de arquitectura.-----

----- Em relação à questão colocada quanto às edificações clandestinas, disse que o principal problema nas construções pré-existentes naquela área, não eram as casas, mas o facto do terreno não estar na posse das pessoas, porque eram antigos foros e arrendamentos.-----

----- Disse ainda que em tempos a Câmara Municipal tinha tentado intervir na zona através da criação de um loteamento, que posteriormente vieram a verificar que juridicamente se tratava de uma situação duvidosa, pelo que por deliberação, aprovada por unanimidade, tinham suspenso aquele processo.-----

----- Em relação às construções clandestinas, disse que da sua parte, à excepção de reparações em telhados, janelas, portas e pavimentos, nunca tinha passado qualquer autorização ou licença para construção de casas novas. Disse ainda que o que acontecia por vezes e havia embargos levantados, era o desrespeito por parte das pessoas, em relação àquelas autorizações, fazendo extensões nas casas, originando umas centenas largas de autos levantados pela Câmara Municipal, que originaram uma enormidade de processos de embargo de obras e de coimas. Disse ainda que na altura tinham sido levantados inclusivamente denúncias em relação a actuação dos fiscais do Município de Odemira, que originaram processos de verificação, culminando na abertura de processos em tribunal contra as pessoas que efectuaram as falsas afirmações.-----

----- Por último, disse que tinha chegado à Câmara Municipal nova cartografia digital que iria permitir fazer uma análise comparativa da actual situação no terreno com a anterior, pelo que logo que essa aferição estivesse feita, o senhor Raul de Albuquerque Tomás poderia consultar. -

----- Interveio novamente o senhor Raul de Albuquerque Tomás que disse que na altura ele não era membro da Assembleia Municipal, nem pertencia a nenhum partido político, pelo que não via qualquer irregularidade quando a Câmara Municipal tinha decidido adjudicar-lhe o trabalho.-----

----- Disse ainda que “eu não duvido que os fiscais da Câmara são pessoa competentes e de bem e os funcionários a mesma coisa e os políticos a mesma coisa, mas eu entendia que o senhor Presidente devia dar um passeiozito ali e verificar que existem construções em chapa que de repente passam a alvenaria. (...) eu pergunto qual é a sua responsabilidade nisso? É que o senhor não pode fingir que não vê! (...) -----

----- Na minha opinião aquele problema do Galeado e dos restantes auto-denominados aglomerados, tem que ser resolvido, porque se transformou num problema de saúde pública, porque aquilo revela que a Câmara não tem uma política social de habitação (...) as pessoas que carecem de habitação e que não têm condições para comprar um terreno caro, dada a especulação imobiliária que existe, dado que os perímetros urbanos não são suficientes, porque os terrenos tornam-se caros por falta de oferta relativamente à procura, mostra que a Câmara de Odemira não equacionou uma política de habitação social conveniente e acabou por ser parceira num conjunto de actividades que estão ali à mostra e vem dizer que não tem provas? Parceira no sentido lato, não estou a dizer que a Câmara é conivente, nem que a Câmara é motora. -----

----- Eu entendo que na realidade, toda aquela área, senão for acautelada em termos urbanísticos, em termos sanitários, se está a tornar num problema gigantesco para o concelho e na minha opinião, as pessoas que precisam de habitação que lá moram, não vão ver o problema resolvido tão cedo, porquê? Porque cada vez, as manchas de reserva agrícola ecológica, protecções que existem da Rede Natura, todos os regulamentos que o senhor tem em vigor de compensações urbanísticas, taxas e compensações urbanísticas que o senhor publicou e depois reviu várias vezes porque eram muito caros, eu pergunto então e a população que paga essas taxas como é que ela reage se de repente começar a ver legalizados todos aqueles bairros? (...). Em linhas gerais, as pessoas devem ter um tratamento semelhante (...). -----

----- Eu não consegui perceber se o número de habitações de génese clandestina se estão a

continuar a surgir ou não e eu acho que caberia aos serviços investigar isso, uma vez que não é preciso fiscais na rua, montados em jipes, basta analisar as fotografias de satélite (...) é muito fácil de fazer esse serviço, não faz porque se calhar não pretende (...). -----

----- Acho que não interessa muito estar só a apelar ao voto, é importante que as pessoas resolvam os problemas, é importante que os resolvam, assim como tem que resolver o problema do estacionamento em Odemira, não é arranjar lugares privativos para alguém (...). --

----- É evidente que eu me disponibilizo para colaborar se o Presidente entender, para poder acompanhar mais de perto todo esse processo e poder contribuir com as minhas opiniões e com o meu conhecimento.” -----

----- Interveio o senhor Tito Palma, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova de Milfontes, que informou que tinha enviado um ofício à Divisão de Ambiente do Município de Odemira, a solicitar o reforço de contentores do lixo, durante a época balnear e não tinha obtido qualquer resposta até aquela data.-----

----- Perguntou ainda em que situação se encontrava a obra do cais de Vila Nova de Milfontes.

----- Questionou também se durante a época de verão, a rua da zona do parque de campismo de Vila Nova de Milfontes poderia ficar com sentido único.-----

----- Por último, agradeceu a pavimentação das estradas entre Vila Nova de Milfontes e São Luís e, Ribeira da Azenha e Brunheiras. Ainda em relação a este assunto, referiu que na estrada da Ribeira da Azenha havia uma marcação incorrecta.-----

----- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que referiu que quando tinha falado nos Serviços de Fiscalização, tinha-o feito por uma questão de transparência, porque anteriormente culpavam a Fiscalização de fechar os olhos relativamente a certas coisas e por esse motivo ele tinha mandado abrir um inquérito, que tinha terminado com um processo em tribunal, contra as pessoas que tinham levantado falsas afirmações em relação à Fiscalização.---

----- Referiu ainda que não estava a aguardar provas e que o que tinha dito antes era que havia

cartografia antiga que iriam comparar com a nova que recentemente tinham recebido, para verificar a evoluçao daquela zona. -----

----- Em relaçaõ à habitaçaõ social disse que estavam a equacionar a hipòtese de construir um bairro com cerca de cinquenta casas, num terreno contíguo àquela zona, pertencente ao Município, no entanto havia a questãõ de se tratar de uma zona abrangida pela RAN e REN, aliada à falta de financiamento.-----

----- Em relaçaõ à intervençaõ do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova de Milfontes, disse que iriam receber uma encomenda grande de contentores do lixo, pelo que os pedidos mais prementes seriam abrangidos pela mesma. Quanto à obra do cais de Vila Nova de Milfontes, informou que se tratava de uma obra do Instituto da Conservaçaõ da Natureza/ Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina que tinha sido entregue à Câmara Municipal para execuçaõ e controlo, de modo a evitar a perda de uma candidatura. Disse ainda que o Município de Odemira assumiria a candidatura e posteriormente receberia a verba do Programa Operacional do Ambiente. -----

----- Referiu também que a obra tinha parado porque o Parque Natural, quando tinha elaborado o projecto, não tinha efectuado todas as consultas, designadamente à Capitania do Porto de Sines que alertou para o balizamento existente no antigo cais. -----

----- Por último, disse que iria falar com o Vereador José Alberto Guerreiro sobre a questãõ das marcações na estrada de Vila Nova Milfontes para a Ribeira da Azenha. -----

----- Interveio a senhora Maria Luísa Palma que saúdou a Comissão de Moradores presente naquela sessãõ e que se pretendia organizar para tentar resolver um dos graves problemas do concelho. Considerou ainda que naquela zona não existia apenas um problema de crise habitacional, mas também outros factores, designadamente o turismo e a ambiçaõ de possuírem uma segunda habitaçaõ. Disse ainda que: “ Uma coisa é resolver as necessidades de quem lá vive e de quem tem necessidade de viver condignamente e outra sãõ muitas pessoas que se

aproveitam daquela confusão e querem ter uma casa para passar férias ou para alugar até, para fazer negócio.” -----

----- Interveio a senhora Joaquina Bernardino, Presidente da Junta de Freguesia de São Luís, que considerou que aquela zona de clandestinos era o problema mais grave do concelho de Odemira. Referiu ainda que tinha conhecimento da existência de PIN’s – Projectos de Interesse Nacional e considerou que deveriam tentar junto do Governo a criação de PIC’s – Projectos de Interesse Concelhio, criando zonas de excepção, para tentar resolver o problema daquelas pessoas. -----

----- Sugeriu ainda que a população se mobilizasse junto do Governo para reivindicar a resolução daquele problema. -----

----- Interveio novamente o senhor Raul de Albuquerque Tomás que perguntou em que medida é que ele poderia acompanhar mais de perto aquela situação na Câmara Municipal, depois de ter a cartografia e os levantamentos aerofotogramétricos. -----

----- Solicitou ainda ao senhor Presidente da Câmara Municipal que lhe respondesse a um requerimento que tinha enviado há algum tempo à Câmara Municipal, sobre a edificabilidade numa zona próxima das Silveiras, a seguir a São Luís. Disse ainda que tinha voltado a solicitar resposta ao citado requerimento, por intermédio do senhor Presidente da Assembleia Municipal e inclusivamente tinha solicitado ao senhor Presidente da Assembleia Municipal que manifestasse a sua opinião, sobre aquele facto. -----

----- Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que informou que o requerimento tinha sido de imediato despachado e enviado ao senhor Presidente da Câmara Municipal para prestar a devida informação, facto que tinha sido comunicado ao requerente. Informou ainda que tinha feito várias diligências junto dos serviços responsáveis para obter a resposta ao citado documento, tendo recentemente recebido o ofício do senhor Presidente da Câmara Municipal que foi de imediato remetido ao requerente. -----

----- Disse ainda que a sua opinião pessoal não era importante para aquela questão, considerava apenas que se tratava do jogo democrático entre as pessoas que estavam na Assembleia Municipal e os Órgãos do Município de Odemira. Disse também que, como Presidente da Assembleia Municipal, continuaria a acompanhar e a fiscalizar o trabalho do Executivo Municipal como era da sua competência e nesse sentido considerou que tinha procedido de acordo com o que estava na lei. -----

----- Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos. -----

----- Seguidamente nos termos da alínea a) do número um do artigo vigésimo primeiro do Regimento dos Membros deste Órgão, o senhor Presidente da Assembleia Municipal interrompeu a sessão para um intervalo de dez minutos. -----

----- Depois de verificado o quórum, retomaram-se os trabalhos. -----

----- **III – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

----- **Ponto um:** CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NA ALÍNEA E) DO NÚMERO UM DO ARTIGO QUINQUAGÉSIMO TERCEIRO DA LEI NÚMERO CENTO E SESSENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI NÚMERO CINCO A BARRA DOIS MIL E DOIS, DE ONZE DE JANEIRO: -----

----- Interveio a senhora Helena Loermans que referindo-se ao Gabinete de Imprensa e Relações Públicas do Município de Odemira, felicitou a Câmara Municipal pelo excelente trabalho efectuado no novo site do Município de Odemira, considerando que estava muito bonito e continha muita informação. -----

----- Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos. -----

----- **Ponto dois:** SÉTIMA MODIFICAÇÃO ORÇAMENTAL: TERCEIRA REVISÃO

AO ORÇAMENTO DA RECEITA; TERCEIRA REVISÃO AO ORÇAMENTO DA
DESPESA; TERCEIRA ALTERAÇÃO AO PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAIS
(PAM) E TERCEIRA REVISÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS, PARA

O ANO DE DOIS MIL E OITO: Ao dar-se início ao tratamento deste assunto, interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que explicou a razão da apresentação da proposta que seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos desta sessão: -----

----- “3 - ASSUNTO N.º 0575-2008 - 7.ª MODIFICAÇÃO ORÇAMENTAL-----

----- Foi presente a 7.ª Modificação Orçamental relativa ao ano de 2008, elaborada nos termos do Decreto-Lei n.º. 54-A/99, de 22 de Fevereiro (POCAL), consistindo na 3.ª. Revisão ao Orçamento da Receita, 3.ª. Revisão ao Orçamento da Despesa, 3.ª. Alteração ao Plano de Actividades Municipais e 3.ª. Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos, que apresentava os seguintes valores:-----

----- ORÇAMENTO DA RECEITA: -----

----- Reforços/ inscrições: € 2.105.000,00 (Dois milhões, cento e cinco mil euros)-----

----- Diminuições/anulações: € 2.358.000,00 (Dois milhões, trezentos e cinquenta e oito mil euros)-----

----- ORÇAMENTO DA DESPESA:-----

----- Inscrições/reforços: € 663.350,00 (Seiscentos e sessenta e três mil, trezentos e cinquenta euros);-----

----- Diminuições/Anulações: € 916.350,00 (Novecentos e dezasseis mil, trezentos e cinquenta euros);-----

----- PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAIS: -----

----- Inscrições/reforços: € 17.000,00 (Dezasete mil euros)-----

----- Diminuições/anulações: € 143.000,00 (Certo e quarenta e três mil euros) -----

----- PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS:-----

----- Inscrições/reforços: €569.000,00 (Quinzentos e sessenta e nove mil euros)-----

----- Diminuições/Anulações: € 882.000,00 (Oitocentos e oitenta e dois mil euros) -----

----- Propõe-se a aprovação nos termos propostos. -----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, aprovar, com os votos contra dos Eleitos da CDU – Coligação Democrática Unitária.-----

----- Seguidamente os Senhores Vereadores eleitos pela CDU – Coligação Democrática Unitária, apresentaram a Declaração de Voto, que abaixo se transcreve: -----

----- “DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- Ao apreciarmos a 7.^a Modificação Orçamental verificamos que quando apresentámos a “declaração de voto” quanto à proposta que nos era apresentada das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2008, tínhamos razão. -----

----- 1 – Dizíamos que: “Quando as transferências de capital do Orçamento de Estado, fundos comunitários e outros, se prevê que o Município venha a receber 11.771.000,00€, quando nada se sabe sobre o novo Quadro Comunitário, estando apenas pendentes em “overbooking” no PORA 2000/2006 – Eixo Prioritário I, sete candidaturas que representam um financiamento possível de 762.600,00€ e do Eixo III cerca de 250.000,00€, como se chega a esta conclusão de ser feita uma previsão de receita no valor de 4.066.371,49€?”. -----

----- Afinal o que já se sabia, quando da elaboração das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2008, em Dezembro de 2007, é hoje reconhecido pelos eleitos do Partido Socialista anulando o valor de 2.353.000,00€ de receita do QCA III. -----

----- 2 – Também na mesma declaração de voto, dizíamos que “A venda de bens de investimento atingirão em 2008 o valor de 4.179.000,00€, quando na previsão para o ano de 2007 o previsto era de 2.008.000,00€, e no final do ano de 2007 não devem ultrapassar uma centena de milhar de euros”. -----

----- Afinal a Conta de Gerência do ano de 2007 veio confirmar o que dizíamos, apenas

foram arrecadados 89.889,06€ de venda de bens de investimento. -----

----- 3 – O que nos parece incompreensível é que perante tal realidade, não se diminua o orçamento inicial para o ano de 2008 e se opte por transferir o valor de 2.100.000,00€ para uma hipotética venda de bens de investimento que já estava, em nosso entendimento bastante “empolada”. Sendo a previsão inicial de 4.179.000,00€ e para mais ainda se lhe acrescente o valor de 2.100.000,00€, resultará uma receita a arrecadar no ano de 2008, na venda de bens de investimento cujo montante passará a ser de 6.279.000,00€. -----

----- Pelas razões referidas, votamos contra a presente Modificação Orçamental.-----

----- Odemira, 2008.06.19-----

----- Os eleitos da CDU, -----

----- a) – Cláudio José dos Santos Percheiro.-----

----- a) – Abílio José Guilherme Bejinha”.-----

----- Interveio o senhor António Eduardo da Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Colos, que referindo-se ao Plano Plurianual de Investimentos, nomeadamente à “Aquisição de 2 prédios urbanos em Colos”, perguntou qual era a intenção da Câmara Municipal naquela aquisição e se havia algum projecto para reutilização daqueles edifícios. -----

----- Disse ainda que em Colos existia muito património degradado pertencente à Câmara Municipal, que inclusivamente já tinha dado origem a algumas queixas por parte da população.

----- Considerou também que há uns anos atrás, a Câmara Municipal tinha perdido uma excelente oportunidade de comprar o antigo lagar de azeite, o qual poderia ter sido transformado num lindo museu.-----

----- Interveio a senhora Joaquina Bernardino, Presidente da Junta de Freguesia de São Luís, que lembrou a sua intervenção na sessão ordinária daquele Órgão realizada em Dezembro, quando estavam a apreciar o orçamento, em relação à questão das verbas provenientes dos fundos comunitários, na qual tinha referido que achava estranho constarem

em orçamento algumas comparticipações que ainda não estavam homologadas.-----

----- Disse ainda que na altura tinham-lhe dito que a sua interpretação não estava correcta, porém constatava que afinal estava certa, uma vez que constava daquele documento uma anulação de dois milhões trezentos e cinquenta e três mil euros, correspondentes a receita do Terceiro Quadro Comunitário de Apoio e uma transferência de dois milhões e cem mil euros para uma hipotética venda de bens de investimento. -----

----- Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que referindo-se à informação da Divisão Financeira do Município de Odemira, nomeadamente quando era referido a eventual venda de parte das Escolas Básicas do Primeiro Ciclo que se encontram desactivadas, perguntou quantas escolas se encontravam naquela situação, qual era o seu valor e se haveria qualquer outra proposta para utilização das mesmas. -----

----- Interveio a senhora Vanda Ribeiro que referindo-se à intervenção do senhor Presidente da Assembleia Municipal, perguntou igualmente se já existia uma listagem das escolas que poderiam ser vendidas.-----

----- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que informou que tinha surgido uma proposta de venda daquelas duas construções em Colos, que foi devidamente ponderada. Considerou ainda que aquele espaço não deveria ser utilizado enquanto construção urbana, mas para promover o alargamento daquele largo e a criação de um bonito espaço público, opinião que ainda não tinha sido debatida na Câmara Municipal. -----

----- Quanto ao património antigo em Colos, disse que tinham recebido uma proposta da Santa Casa da Misericórdia para uma permuta imobiliária, destinada à construção de um novo lar naquela localidade. Quanto à aquisição do antigo lagar de azeite, informou que na altura tinham apresentado uma candidatura ao Programa Operacional da Cultura para aquisição do referido edifício, que não tinha sido aprovada. -----

----- Em relação às candidaturas ao Terceiro Quadro Comunitário de Apoio, disse que era

opção da Câmara Municipal manter as candidaturas em orçamento, até que fossem efectivamente devolvidas, porque poderia haver verba em “overbooking”. Disse ainda que aquelas obras tinham sido candidatadas, algumas estavam já concluídas e outras em fase de construção e apenas naquela data tinham sido devolvidas por falta de verba.-----

----- Referiu ainda que tendo em conta aquele “buraco” na receita e tendo que equilibrar as contas, poderia haver a necessidade de alienar bens de investimento. Disse também que posteriormente seria remetida a listagem das escolas em situação de venda e, bem assim informou que o valor das mesmas era o suficiente para equilibrar a receita e baseava-se no valor patrimonial constante no site das finanças. -----

----- Por último disse que a Câmara Municipal vinha estabelecendo alguns protocolos com Associações de Desenvolvimento Local e Associações de Caçadores, para cedência de algumas escolas que se encontravam desactivadas. -----

----- Não havendo mais intervenções, procedeu-se à votação daquele assunto, tendo sido aprovado por maioria, com dezanove votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, um voto a favor dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira, oito votos contra dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, um voto contra dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira e duas abstenções dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, quando estavam presentes trinta e um membros da Assembleia Municipal. -----

----- **Ponto três:** PROPOSTA DE ACORDO DE COOPERAÇÃO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE ODEMIRA E AS JUNTAS DE FREGUESIAS PARA EXECUÇÃO DA RUBRICA 1734 – BENEFICIAÇÃO DA REDE VIÁRIA DO PROJECTO AGRIS 3.4: Ao dar-se início ao tratamento deste assunto, interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que explicou a razão da apresentação da proposta que seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos desta sessão: -----

----- “3 - ASSUNTO N.º 0578-2008 - PROPOSTA DE ACORDO DE COOPERAÇÃO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE ODEMIRA E AS JUNTAS DE FREGUESIA PARA EXECUÇÃO DA RUBRICA 1734 - BENEFICIAÇÃO DA REDE VIÁRIA DO PROJECTO AGRIS 3.4.-----

----- Foi presente a informação n.º 28/2008, datada de 24 de Março de 2008, proveniente do Gabinete Técnico Florestal, a remeter para aprovação as propostas de Acordo de Cooperação a efectuar com as Juntas de Freguesia de Bicos, Relíquias, São Teotónio, Santa Maria e Sabóia, para o ano 2008 de manutenção/beneficiação de rede viária municipal, com base na Rubrica – 1734 do Projecto Agris 3.4 aprovado, e quadro com n.º de km’s a intervir, assim como os montantes de investimento e auto financiamento envolvidos.-----

----- Propõe-se a aprovação nos termos propostos e envio à Assembleia Municipal para apreciação e deliberação.-----

----- Apreciado o assunto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos, bem como enviar à Assembleia Municipal para apreciação e deliberação.” ---

----- Interveio o senhor José Manuel Guerreiro, Presidente da Junta de Freguesia de São Teotónio, que manifestou alguma estranheza em verificar no mapa anexo, que uma freguesia bastante mais pequena que a sua, com muito menos rede viária, recebia mais verba do que a freguesia de S. Teotónio.-----

----- Interveio o senhor Raul de Albuquerque Tomás que informou que não estava contra o objectivo daqueles acordos de cooperação, ou seja a manutenção de caminhos, porém não concordava com alguns aspectos do articulado, nomeadamente perguntou sobre a área da rede viária dentro da freguesia de São Teotónio que iria ser alvo de manutenção, bem como a quantidade de quilómetros já intervencionados nos anos anteriores.-----

----- Perguntou ainda: “Porque razão não existe um mapa das beneficiações que foram feitas nos anos transactos ao abrigo destes acordos, para nós percebermos (...) se o dinheiro gasto

nesses quilómetros, surtiu efeito ou se é necessário na intervenção do ano seguinte melhorar (...)?”-----

----- Referindo-se à Primeira Cláusula, pediu esclarecimentos sobre “manilhas de secção adequadas”.-----

----- Referindo-se à Terceira Cláusula, questionou quando era efectuada a verificação física dos trabalhos nas intervenções efectuadas na freguesia de São Teotónio e, bem assim, se ele como deputado municipal poderia estar presente, pois considerava a verba atribuída muito elevada, uma vez que também tinha reparado um caminho numa propriedade sua e sabia o valor gasto por metro quadrado.-----

----- Referindo-se à Quarta Cláusula, pediu esclarecimentos sobre “aquisição dos materiais...por sua conta e risco” e perguntou se as Juntas de Freguesia tinham alvará ou estariam cobertas por alguma lei que lhes permitia fazer aquele tipo de obras.-----

----- Referindo-se à Quinta Cláusula, perguntou como poderiam haver trabalhos a mais, se não existiam medições. Considerou ainda que a Sexta Cláusula contrariava o estipulado no preâmbulo do acordo de cooperação.-----

----- Por último, disse:”Eu entendo que este documento não está em condições de ser aprovado, excepto se for um mero expediente para transferir verbas para as Juntas de Freguesia”.-----

----- Interveio novamente o senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Teotónio que informou que a verba para reparar um caminho na serra ou na charneca de São Teotónio era muito mais elevada do que noutros locais mais acessíveis.-----

----- Informou ainda que aquele acordo vinha no âmbito da defesa contra incêndios, tendo-se deslocado ao terreno uma comissão para avaliar os caminhos passíveis de manutenção e posteriormente se tinham sido devidamente intervencionados.-----

----- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que informou que não poderiam

confundir os protocolos estabelecidos com as Juntas de Freguesia para transferência de competências em termos de caminhos e espaços verdes, com aquele documento. -----

----- Disse ainda que os caminhos em causa eram aqueles que a equipa pluridisciplinar da empresa que fez o estudo (Florasul), tinha considerado relevantes em questões estratégicas no combate aos fogos florestais. -----

----- Informou também que a execução física era verificada pelos técnicos do Município de Odemira e pela fiscalização do próprio AGRIS. -----

----- Por último, informou que, se era a Câmara Municipal que apresentava a candidatura, seria ela que tinha de fazer os pedidos de pagamentos, ficando as Juntas de Freguesia com a responsabilidade de execução das obras. -----

----- Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que informou que havia uma diferença entre o montante constante na minuta do acordo de colaboração e o mapa anexo à mesma. -----

----- Interveio novamente o senhor deputado municipal Raul de Albuquerque Tomás que voltou a perguntar como poderia ter acesso ao mapa da rede viária que foi reparada, na freguesia de São Teotónio, no âmbito do combate aos fogos florestais. -----

----- Interveio novamente o senhor Presidente da Câmara Municipal que informou que o processo em causa poderia ser consultado nos respectivos serviços do Município de Odemira. --

----- Não havendo mais intervenções, procedeu-se à votação daquela proposta, a qual foi aprovada por maioria, com dezanove votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, dez votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, um voto a favor dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira e uma abstenção dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira, quando estavam presentes trinta e um membros da Assembleia Municipal. -----

----- **Ponto quatro: ELEIÇÃO DE UM ELEMENTO PARA INTEGRAR A COMISSÃO**

MUNICIPAL DE LICENCIAMENTO COMERCIAL DE ODEMIRA: Foi presente o fax número quatro mil oitocentos e noventa e dois, datado de onze de Junho do corrente ano, enviado pelo senhor Director de Serviços da Direcção Regional da Economia do Alentejo, sobre “Comissão Municipal de Licenciamento Comercial de Odemira” e no qual solicitavam a indicação de um elemento para integrar a citada Comissão. O ofício em causa ficará arquivado no maço de documentos da presente sessão. -----

----- Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que fez um breve historial daquele processo, nomeadamente lembrou a deliberação tomada na sessão ordinária da Assembleia Municipal que se tinha realizado no dia trinta de Setembro do ano de dois mil e quatro, altura em que tinha sido abordado aquele assunto pela última vez.-----

----- Referiu ainda que nessa altura a Câmara Municipal tinha deliberado, por unanimidade, não nomear ninguém para a Comissão em causa e apoiar a decisão da Associação Nacional dos Municípios Portugueses e da maioria dos Municípios, que consideravam que aquele processo menozava o Poder Local.-----

----- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que informou que na altura inclusivamente não tinham concordado com o método como as convocatórias das reuniões eram feitas. -----

----- Interveio o senhor Raul de Albuquerque Tomás que perguntou se haveria algum impedimento, nomeadamente em relação à ampliação das grandes superfícies comerciais, se não fosse designado qualquer elemento por parte da Assembleia Municipal e, bem assim perguntou se nesse caso haveria a substituição por outra pessoa, por inerência de funções.-----

----- Perguntou ainda qual era o candidato a eleger.-----

----- O senhor Ricardo Cardoso informou que os membros do Partido Socialista, na Assembleia Municipal, propunham o senhor Amâncio Piedade, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, para a eleição em causa. -----

----- Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que informou que a lei referia que se não houvesse qualquer eleição, seria o titular do órgão que integraria a citada Comissão Municipal. -----

----- Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta apresentada pelo senhor Ricardo Cardoso à votação, uma vez que não se registou mais nenhuma indicação de elementos por parte das outras forças políticas. Nos termos do número três do artigo nonagésimo da Lei número cinco A, barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, que veio introduzir alterações à Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, foi deliberado por consenso proceder à votação por escrutínio secreto, tendo-se obtido o seguinte resultado: -----

----- Votantes: trinta e um; -----

----- Votos a favor: vinte e um votos; -----

----- Votos contra: dois votos; -----

----- Votos (abstenção): oito votos. -----

----- Tendo em conta a votação em epígrafe, foi deliberado, por maioria, indicar o senhor Amâncio Piedade, para integrar a Comissão Municipal de Licenciamento Comercial de Odemira. -----

-----**APROVAÇÃO EM MINUTA**-----

----- Nos termos do artigo nonagésimo segundo da Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, que veio introduzir alterações à Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, foram aprovadas em Minuta todas as deliberações tomadas para que produzam efeitos imediatos, por maioria, com dezassete votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, dez votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, um voto a favor dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira e um voto contra dos membros eleitos pela Coligação Por Odemira, quando estavam

presentes vinte e nove membros da Assembleia Municipal. -----

-----**ENCERRAMENTO DA SESSÃO**-----

----- Não havendo mais nada a tratar, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão era uma hora do dia um de Julho. -----

----- De tudo, para constar, se lavrou a presente acta que, nos termos da Lei, vai ser assinada pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal e pelos Secretários. -----

-----O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,-----

----- O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,-----

----- O SEGUNDO SECRETÁRIO DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,-----